

Relações públicas, movimentos populares e transformação social

Cicilia M. Krohling Peruzzo
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória

RESUMO

Embora tenham surgido como atividades comunicacionais vinculadas ao patronato, as Relações Públicas acompanharam as transformações da sociedade capitalista, convertendo-se também em instrumentos úteis às classes trabalhadoras. Este ensaio inventaria os usos sociais das Relações Públicas nos movimentos populares contemporâneos, particularmente no Brasil.

Palavras chave: Relações Públicas; comunicação popular; movimentos sociais.

ABSTRACT

In spite of its origin as a communication tool used by the entrepreneurs, Public Relations developed its profile according to the fast changes of the capitalistic society, being also converted into a mechanism usefull for the working class. This paper recovers the social uses of Public Relations in the contemporary popular movements, mainly in Brazil.

Key Words: Public Relations; popular communication; social movements.

RESUMEN

Aunque su origen estea vincula a las actividades comunicativas de los empresarios, las Relaciones Públicas cambiaron su fisionomia de acuerdo a las transformaciones de la sociedad capitalista, convirtiendose también en herramienta útil a las clases obreras. Este artículo hace un inventário de los usos sociales de las Relaciones Públicas en los movimientos populares contemporâneos, particularmente en Brasil.

Palabras clave: Relaciones Públicas; comunicación popular; movimientos sociales.

1. Movimentos Populares e Relações Públicas

Há aproximadamente uma década vêm se desenvolvendo de forma mais visível, no Brasil, novas possibilidades às relações públicas. Elas transcendem, com mais vigor, dos mundos empresarial e governamental - embora estes continuem seus campos de atuação predominantes para o mundo das organizações e movimentos sociais populares.

Assim, até há mais ou menos dez anos relações públicas eram concebidas teoricamente e praticadas majoritariamente enquanto um instrumental a serviço do capital, dos governos e da hegemonia das classes dominantes. Mas, a sociedade é dinâmica e, acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo no interior da sociedade brasileira, as relações públicas também chegou a vez de deixarem-se mudar. Hoje, teórica e praticamente, é possível falar de relações públicas populares, ou comunitárias, orgânicas às classes subalternas. Ou seja, de um trabalho de relações públicas comprometido com os interesses dos segmentos sociais subalternos organizados, ou num sentido mais amplo com o interesse público.

Falar de relações públicas populares, ou comunitárias, significa falar de “novas” relações públicas. “Novas” no sentido de estarem comprometidas com a realidade concreta e com as necessidades e interesses majoritários da população sofrida, impossibilitada de usufruir dos direitos plenos de cidadania.

Portanto, as relações públicas populares implicam num olhar informado do status-quo, e ao mesmo tempo, implicam num “apostar” na transformação social. Ou seja, é um olhar inconformado no sentido de não se conformar, não aceitar a realidade de opressão a que está sujeita a maior parte da população brasileira. Opressão esta que está refletida nas condições de miséria, na carência de moradia digna, na subnutrição de um terço da população brasileira, na falta de saúde, no aumento do número de meninos e meninas de rua e tantas outras coisas que afetam a vida. Um dado que reflete bem essa situação: Segundo pesquisa da ONU - Organização das Nações Unidas, o Brasil ocupa a 51ª posição mundial em termos de desenvolvimento humano (considerando a expectativa de vida, grau de alfabetização e poder de compra básica da população), seguido do Paraguai que está em 52ª posição.

Mas, na dinamicidade da sociedade ela vai criando mecanismos de negação, a antítese à situação de desigualdade social. No decorrer dos anos, vários expoentes (pessoas, movimentos sociais, organizações não governamentais, segmentos da Igreja Católica, segmentos universitários, alguns partidos políticos, alguns órgãos públicos etc.) vão se agregando em torno de lutas em defesa da vida.

No bojo desse processo é que se forjam os movimentos sociais populares, os quais vão desenvolvendo ações coletivas em favor do interesse público, dos interesses da maior parte da população.

Estes movimentos, em última instância, lutam pelo acesso a bens de consumo coletivo (no campo da educação, da saúde, da moradia etc.), bens necessários à própria vida, aos quais todo cidadão tem direito. Em suma significa a reivindicação ao direito de participação da população na riqueza socialmente produzida, bem como no direito de participação política.

Aliás, manifestações em defesa da vida vem ganhando amplitude mundial. Por exemplo, a defesa da preservação do meio ambiente, da paz, dos direitos da mulher, dos direitos à individualidade, de participação política etc. São valores antigos, mas que voltam a ser atuais. São valores emergentes e não predominantes nem hegemônicos, mas que convivem e estão ajudando a compor uma nova realidade. No fundo há uma rejeição a tudo que afronta a vida, a dignidade e o bem comum (violência, corrupção, autoritarismo político, destruição da natureza, degradação das condições de existência e outros).

No Brasil, estes e outros valores também estão presentes. Várias instituições, pessoas, movimentos populares estão inseridos em todo um processo contra as várias formas de negação à vida. Entre essas forças destacamos os movimentos sociais populares por representarem “novas” organizações. Novas não no sentido de não terem existido antes, claro. Movimentos dessa natureza existiram ao longo da história da humanidade. Mas, novos para aquele momento histórico, ou seja final da década de 70, durante a fase final de um período marcado por mais de duas décadas de um regime militar autoritário que bloqueará qualquer iniciativa crítica e organizativa da sociedade civil, e por outro lado porque aos poucos vão forjando estruturas sociais e valores inovadores. Nascem a partir “dos de baixo”, das bases, ou da população empobrecida e se organizam por fora e independente dos canais tradicionais de participação como os sindicatos e os partidos políticos, bem como de outras instituições privadas e públicas. De fato, ocupam um espaço diferente daquele ocupado pelos partidos e sindicatos enquanto canais abertos à canalização dos interesses da sociedade.

Porém, lembramos que para alguns falar de movimentos sociais, atualmente, seria algo ultrapassado porque tais movimentos teriam acabado etc. Ao nosso ver essa questão envolve toda uma complexidade.

A sociedade civil continua viva em seu **m o v i m e n t o**. O que ocorre é que os movimentos populares têm passado por momentos diferenciados. Numa primeira fase ocupam espaços públicos para denunciar e reivindicar. Foi o momento de grandes manifestações públicas. Depois se dedicaram muito à sua própria organização. Centenas de associações, grupos, comissões etc. foram criados. As atividades são mais localizadas e são feitos esforços para a fortificação ao nível interno que envolve conscientização, formação política, ações coletivas para solução de problemas ou carências nos bairros etc. É mais ou menos por essa fase que alguns se apressam a decretar a decadência e até o fim dos movimentos populares. No entanto, há indicações de que estava havendo uma mudança de atuação e de qualidade, refletida até pelas circunstâncias de um momento político que já possibilitava mais liberdade de expressão e de organização. Enquanto se discutia a retração dos movimentos populares, em algumas partes, como no caso do Estado do Espírito Santo, Brasil, eles estavam se articulando em organizações mais amplas. Ou seja, não pararam nas micro-organizações. Sentiram a necessidade de articulação e assim foram surgindo as federações, Federação de Associações de Moradores ao nível de município, por exemplo. E mais do que isso. Em 1987/88 foi constituída a FAMOPES - Federação de Associações de Moradores e de Movimentos Populares do Espírito Santo, formada pelas próprias organizações de base que

congregam associações e movimentos populares de todo o Estado do Espírito Santo.

Todo este movimento tem uma terceira fase, bastante candente no início dos anos 90, quando os movimentos procuram adquirir mais competência, se aperfeiçoar em campos de sua atuação. Por exemplo, conhecer os mecanismos de elaboração do orçamento municipal ou da planilha de custos para o transporte coletivo.

Os movimentos populares procuram adquirir mais competência para poderem participar mais efetivamente discutindo projetos, pressionando e, possivelmente, se preparando para passarem a propor projetos, ou seja buscam adquirir competência para melhor negociar com o Poder Público, para melhor interferir no processo de construção da realidade.

Voltamos à questão das “novas” estruturas sociais que estão sendo gestadas no âmbito dos movimentos populares. Estas se caracterizam em: a) Núcleos de socialização (Clubes de Mães, Grupos de Jovens etc.). É um espaço onde as pessoas se encontram. Por exemplo, a partir daí as mulheres passam a extrapolar sua ação dentro dos limites do lar. Passam a conviver, discutir e procurar soluções para seus problemas de ordem familiar e comunitária. b) Núcleos econômicos (cooperativas, associações de produtores etc.). Onde se gestam experiências de trabalho, de produção e de gestão coletiva e/ou experiências autogestionárias de unidades produtivas. c) Núcleos políticos (associações de moradores, federações de associações etc.) Neste nível se gestam e se administram processos reivindicatórios coletivos. São experiências que além de exercitarem uma certa “administração local” (bairro), também favorecem o aprendizado de se relacionar com o Poder Público, a Prefeitura por exemplo. Mas, o que é mais importante, o fazem através de suas entidades representativas (e não mais através de indivíduos isoladamente) e introduzindo práticas participativas coletivas e pluralistas. d) Núcleos culturais (Grupo de teatro, Movimento Negro etc.). Neste nível há todo um movimento de recuperação da história e identidades, bem como de criação e recriação de valores no campo da cultura.

Quanto aos “novos” valores: Uma sociedade cerceada em sua liberdade de expressão e organização, de repente desenvolve valores como a noção de participação direta. A população introduz uma forma direta de atuar, sem intermediários, no âmbito das associações, nos bairros e nos municípios. Administra suas próprias organizações através de diretorias eleitas democraticamente, com mandato temporário e poderes delegado. Em suas organizações todos podem falar, discutir, propor, voltar, decidir e ajudar a executar. Os vereadores, parece, passam a não dar conta de todos os reclamos e necessidades da população, e ela passa a agir diretamente, passa a se relacionar de forma direta com o Poder Público.

Um outro valor muito presente diz respeito à noção de direito. O direito à moradia, o direito à saúde, o direito à educação, enquanto direito coletivo e público. A satisfação de certas carências passam da percepção enquanto direito individual, à direito coletivo, da pessoal humana e de todas as pessoas que estão naquela situação.

Há ainda valores como o da participação da mulher (que quebra o tabu de sua "vocalização"/obrigação restrita ao lar), da rejeição à violência contra às mulheres, da autonomia (que significa a busca por grande parte dos movimentos em caminhar de forma independente, sem a tutela de órgãos públicos, partidos e outras instituições), de solidariedade e da gratuidade. Apesar do mundo competitivo e individualista aonde se inserem, os movimentos populares evidenciam que existe muita gente que faz muita coisa em benefício do seu semelhante ou do interesse público, sem ser por dinheiro nem poder. Pelo contrário chegam a gastar do próprio bolso prestando serviços durante o seu tempo livre.

Estas são alterações emergentes no plano dos valores culturais, da sensibilidade e do estilo de ação no âmbito da sociedade civil. Não são hegemônicos, como não o são os movimentos populares, mas estão aí lutando pela participação, liberdade, igualdade e solidariedade, em outras palavras, pelo direito à vida.

Todavia, os movimentos populares recentes no Brasil, apesar de fragmentários e não predominantes no conjunto da sociedade, evidenciam uma luta não só pela democratização política e cultural, aliás os quais vão conquistando na prática, mas fundamentalmente pela democratização econômica. Eles colocam muito claramente reivindicações pelo acesso ao consumo das riquezas socialmente produzidas, na forma de acesso a bens de consumo coletivo, como a escola, o posto médico, o transporte etc. Porém, também existem movimentos mais ligados as condições mais gerais de vida, como o do meio ambiente, movimentos mais voltados para a defesa dos direitos da pessoa humana, movimentos em torno das desigualdades mais explicitados no tocante à etnia e ao sexo, como o movimento negro e o feminista.

É este um dos campos no qual as relações públicas populares podem contribuir para a transformação social. Sob o ponto de vista teórico não basta transpor para o campo popular o instrumental das Relações Públicas "tradicionais". Há que se fazer adaptações. Implicam sobretudo numa opção política e numa opção metodológica fundamentadas na democracia e na dialogicidade (na perspectiva de Paulo Freire).

2. Princípios das Relações Públicas Populares

Relações Públicas populares, ou comunitárias, são aquelas comprometidas fundamentalmente com a transformação da sociedade e com constituição da igualdade social. Elas têm a ver com uma concepção de mundo e com uma concepção de homem que: a) Acredita no homem, na sua potencialidade de construir uma sociedade justa e livre. b) Que enxerga a desigualdade social, as contradições de classes e quer o bem estar, a plenitude dos direitos da cidadania assegurados para todos os homens. c) Acredita nas possibilidades de mudança, e na sociedade civil como gestora de mudanças e de nova hegemonia. d) Implica na interdisciplinaridade entre vários campos do conhecimento e da ação político-educativa. e) Que se realizem de modo orgânico ao interesse público, e preferencialmente inseridas em experiências concretas e alicerçadas na

metodologia de uma educação popular libertadora. f) Favoreça a ação coletiva, a autonomia, a partilha do poder de decisão, a co-responsabilidade (tanto pelas práticas participativas como pela implantação de políticas públicas em conformidade com as necessidades e interesses da comunidade) e, claro, respeitando a dinâmica própria dos movimentos onde se inserem.

No movimento comunitário, ou em outras organizações populares e sindicais, as relações públicas se concretizam de modo inserido. Não é algo externo, de fora e independente, mas como parte intrínseca do movimento. Neste sentido elas vão estar, nem na frente nem atrás do movimento, mas juntas e sendo constituídas em sua dinâmica.

2.1. Interdisciplinaridade

Uma vez inseridas no processo dos movimentos populares e sindicais as relações públicas se realizam de modo interdisciplinar, ou seja, correlacionadas com outras áreas da comunicação e com outras áreas do conhecimento. No campo do comunitário, do sindical etc. é difícil isolar as atividades de comunicação em relações públicas, em jornalismo, em propaganda etc. Aí se fala e se pratica comunicação. Do mesmo modo é difícil também separar comunicação do serviço social, da sociologia, da política etc. Estas áreas, na prática concreta, se constituem reciprocamente. Não se sobrepõem umas às outras, mas se complementam e necessitam-se reciprocamente, numa ação conjugada. Se observamos bem veremos que o real não se constitui fragmentariamente. É uma totalidade. Por vezes nós que somos educados a ver e a trabalhar o real de forma fragmentária.

3. Campos de Ação

Enquanto cidadãos, nós profissionais de relações públicas também temos o direito e o dever de contribuir para a realização da cidadania a todas as pessoas do nosso país, ou de todos os países que ainda não a tem assegurada. E, entendemos cidadania não apenas como ter os direitos de participação política assegurados legalmente, de ter o direito de ir e vir, mas também como o direito de participar da feitura da sociedade e de usufruir com igualdade das benesses dessa mesma sociedade.

Nesta perspectiva as relações públicas podem ser concretizadas numa abrangência grande de instituições. Vamos precisar três campos. Primeiro: Seja qual for a organização para a qual trabalhamos (seja empresa privada, órgão público ou qualquer outra instituição) podemos ocupar espaços abertos pelas contradições. Apesar das limitações, previsivelmente existentes, sempre existem atividades, projetos e programas nos quais podemos fazer algo em prol do interesse genuíno de públicos ou do interesse público.

Segundo: Nas organizações que se pautam pelos interesses do bem comum e/ou orgânicas aos movimentos sociais populares, como nas ONCs - Organizações não Governamentais, por exemplo. Terceiro: Dentro dos própri-

os movimentos ou organizações sociais populares e sindicais¹. Aí enquanto membro (sem vínculo empregatício), assessoria (voluntária ou remunerada) ou como profissional contratado, é possível fazer um trabalho engajado colocando seus conhecimentos e as técnicas de RRPP a serviço dos mesmos.

4. Relações Públicas Populares ao Nível das Possibilidades

As relações públicas populares, ou na contramão², podem ser efetivadas em ações que visem a conscientização, mobilização, adesão, organização e coesão ao nível interno dos movimentos; que contribuam no planejamento das atividades e na realização de eventos, pesquisas, produção de instrumentos de comunicação etc.; que facilitem a conquista de aliados, através de uma comunicação eficiente com os públicos e com a sociedade como um todo; que favoreçam a conquista de espaços nos grandes meios de comunicação de massa; que estabeleçam relacionamento adequado com os órgãos do Poder Público e com outras instituições da sociedade.

Explicitando melhor, no âmbito do popular, as relações públicas podem contribuir³:

a) No levantamento do conjunto da situação, ou diagnóstico, para subsidiar a ação a ser implementada.

b) No planejamento, de preferência participativo, das atividades, inclusive para a implementação de programas ou políticas públicas.

c) O incremento da comunicação e articulação dentro do próprio movimento e dele para com outros movimentos similares.

d) Na obtenção de informações para os movimentos populares e sua efetiva democratização dentro dos mesmos.

e) No relacionamento adequado com organismos da sociedade civil: meios de comunicação de massa, igrejas, entidades de assessoria, ONCs etc., bem como especialistas individualmente, tais como engenheiros, jornalistas, advogados e pedagogos⁴.

f) No relacionamento adequado com os partidos políticos, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa e outros órgãos do Parlamento, com as Prefeituras e outros órgãos dos poderes Executivo e Judiciário.

g) Na elaboração de cartazes, faixas, jornais murais, boletins, programas radiofônicos, releases, correspondência, vídeos etc.

h) Na organização de eventos educativos, culturais e de lazer (cursos, seminários, exposições artísticas, festivais, torneios, festas etc.), os quais podem favorecer a organização e ação coletivas.

i) Na preparação e aplicação de pesquisas de opinião.

¹ Associações de Moradores, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Sindicatos, Grupos de Mulheres, etc.

² Expressão usada no último capítulo do nosso livro "Relações Públicas no Modo de Produção Capitalista", publicado em primeira edição em 1982.

³ Tratado originalmente em Peruzzo (1988) e (1989).

⁴ Aqui, como no item a seguir, significa a busca de aliados, muito importante no processo de conquista de apoio e espaços para atingir os objetivos.

j) Na escolha de meios adequados para encaminhamento das reivindicações juntos aos órgãos competentes.

l) Na preparação de reuniões e entrevistas coletivas.

m) Na documentação da história do movimento.

Essas são algumas das possibilidades do emprego de técnicas de relações públicas no campo popular e serão viabilizadas, é claro, sempre de acordo com os objetivos e necessidades de cada caso específico.

5. Dos objetivos

Os objetivos globais das relações públicas ao participarem das batalhas dos setores organizados das classes subalternas vão estar no patamar dos objetivos dos próprios movimentos, os quais neste momento da conjuntura, se apresentam como: a) satisfação das necessidades imediatas do acesso à riqueza da sociedade, seja a melhoria nas condições de moradia, a instalação do posto médico, maiores salários etc. b) A conquista da cidadania: participação política, econômica e cultural. c) A ampliação de sua hegemonia no conjunto da sociedade.

6. Relações Públicas Populares ao Nível da Prática

No início dos anos 90 já podemos olhar criticamente a prática das relações públicas no âmbito dos movimentos sociais, visto que várias experiências vêm sendo realizadas, com ou sem a presença de um profissional de relações públicas.

Uma primeira constatação é a carência de relações públicas comprometidas com os interesses dos segmentos subalternos organizados da sociedade. Existem experiências, mas não são predominantes. Fazendo uma correlação com a medicina preventiva, a qual nos parece ser uma saída, algo extremamente benéfico à sociedade, no entanto não é majoritária porque no jogo de interesses, na forma como o sistema de saúde e a sociedade estão estruturados não a favorecem. Algo semelhante pode estar ocorrendo com as relações públicas.

Segundo, as relações públicas, e a comunicação como um todo, têm um papel fundamental dentro dos movimentos coletivos, no entanto, não vem sendo utilizadas em todo o seu potencial. De fato há uma carência de utilização, pelos movimentos populares e sindicais, de técnicas de relações públicas e de comunicação de uma maneira geral. E mais que isso, muitas vezes são utilizadas de forma incompetente. Valoriza-se mais a comunicação grupal do que os meios de maior alcance. Com isso as vezes se fica falando só para os já convencidos. Falta ousadia em incrementar a comunicação, em experimentar novas formas e veículos comunicativos. Por vezes os instrumentos de comunicação produzidos são desinteressantes. Os espaços possíveis nos meios massivos são sub-utilizados, nem se cultiva boas relações com a imprensa. Faltam ações que visem a formação de conceitos favoráveis às organizações populares na sociedade, bem como para a conquista de aliados.

Terceiro: as dificuldades advindas das relações de conflito de interesses, as vezes até de confronto, por exemplo entre organizações populares e órgãos

do poderes público ou entre segmentos dentro das próprias organizações. A partir de motivações que podem ser de ordem pessoal, partidária, econômica, de posição política-ideológica etc., podem se estabelecer relações de conflitos, nas quais predominam tais tipos de interesses em detrimento dos interesses e necessidades comunitárias. Porém, também existem experiências nas quais se respeita o pluralismo e as diferenças se negocia, se faz lobby visando avançar na conquista de realizações de interesse coletivo.

Quarto: Quando as relações públicas populares se realizam de modo inserido nos movimentos, tomando parte de sua dinâmica e cujas ações estão em conformidade com os objetivos, táticas e estratégias dos próprios movimentos, não há uma absolutização do profissional de relações públicas. Ele se torna mais um dos facilitadores da ação coletiva e que democratiza seu saber especializado, do que o porta-voz e nega a figura do relações públicas como mediador isolado.

Quinto: Atualmente, no Brasil, se ampliam as possibilidades de um trabalho de relações públicas comprometidas com os interesses das organizações populares, ou num sentido mais amplo, com o interesse público. Por que? Pelo processo de democratização crescente da sociedade. Por exemplo, as experiências de gestão democrática do Poder Público local, ou seja de Prefeituras dirigidas por pessoas de tendência progressistas, bem como outros órgãos públicos, que favorecem a participação popular e são comprometidos com um trabalho sério, não clientelístico, nem paternalista, visando atender as necessidades das comunidades e colocando o interesse público acima de tudo.

Assim, os desafios estão lançados. Estão colocados pela própria sociedade em sua dura realidade, e ao mesmo tempo, pelo processo de negação dessa mesma realidade que ela própria constrói. Bem no centro de toda esta temática está a questão da cidadania. Uma cidadania que realize a participação da pessoa humana enquanto sujeito, que pensa, propõe, discute, decide, constrói e usufrui. E, os profissionais de relações públicas, até enquanto cidadãos, com seu saber especializado, podem dar sua parcela de contribuição na construção de uma sociedade que supere a degradação humana e a desigualdade social, e desenvolva uma cultura democrática e a própria democratização econômica, política e cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANCHES, Sergio H. "Nem Cidadãos, nem Seres Livres: O Dilema Político do Indivíduo na Ordem Liberal-Democrática". *Dados, Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1985.
- ESCUADERO, Regina Célia. "Relações Públicas Comunitárias". *Revista Comunicação & Sociedade*. S. Bernardo do Campo - SP, Inst. Metodista de Ensino Superior, Novembro de 1987. N° 15, p. 145-163.
- GRAMSCT, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio, Civ. Brasileira, 1978.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio, Graal, 1978.
- KUNSCH, Margarida M. K. "Relações Públicas Comunitárias: um Desafio". *Revista Comunicação & Sociedade*. S. Bernardo do Campo - SP, IMS, junho de 1984. N° 11, p. 131-150.

- KUNSCH, Margarida M. K. "Propostas Alternativas de Relações Públicas". *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, INTERCOM, 1987. Nº 57, p. 48-58.
- PERUZZO, Cicilia M. K. *Relações públicas no modo de produção capitalista*. S. Paulo, Summus Editorial, 1988. 3ª edição.
- PERUZZO, Cicilia M. K. "Relações Públicas nos Movimentos Populares". *Revista Brasileira de Comunicação*. São Paulo, INTERCOM, 1989. Nº 60, p. 107-112.
- PERUZZO, Cicilia M. K. *A participação na comunicação popular*. São Paulo, ECA- USP, 1991. (Tese de doutoramento).
- RODRIGUES, Eduardo S. J. e SANGAWA, Maya. *A organização sindical e o processo de relações públicas: a experiência de comunicação do SINTEL - MG*. Belo Horizonte, UFMG, 1988 (mimeo.).
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SOUZA, Luiz Alberto Gomes de. "Elementos Éticos Emergentes nas Práticas dos Movimentos Sociais". *Síntese Nova Fase*. S. Paulo, Loyola, jan./março de 1990, Nº 48.
- VECA, Salvatore. *Cittadinanza - riflessioni filosofiche sull'idea di emancipazione*. Milano, Feltrinelli, 1990.
- WENDHAUSEN, Eugenia S. *Projeto de Vida para a Ilha Grande dos Marinheiros: uma experiência integrada em relações públicas, educação, trabalho e ação comunitária*. P. Alegre, PUC-RS, 1990. (Tese de mestrado).

ABSTRACT

RESUMEN

1 Sobre a noção de "serialidade" na cultura contemporânea, Cf. Eco, Umberto "L'invincibile, le social" in *Cahiers de Philosophie* nº. 6, 1988.

2 Mais dados sobre os fast-foods, em minha tese de doutorado: "Le goût de l'image" ça se passe comme ça chez les fast-foods - étude anthropologique de la restauration rapide" Université Paris V - René Descartes - Sorbonne", 1992.

3 Cito: "na publicidade a significação da imagem é seguramente intencional: certos atributos do produto que constituem, a priori os significados da mensagem publicitária e estes significados devem ser transmitidos tão claramente quanto possível (J. Barthes, Roland "Rhétorique de l'image" *Communications* n.4, 1964.